



# CARTA DE COOPERAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

ÁREA TÉCNICO JURÍDICA

Ano 2014

## CARTA DE COOPERAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

As Autarquias Locais são, como se sabe, pessoas coletivas territoriais com legitimidade democrática, destinadas a prosseguir os interesses das populações respetivas, conforme está expresso no art.º 235º da Constituição da República Portuguesa e como decorre dos demais normativos legais que a esta matéria respeita.

Por seu turno, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional – CCDR – como entidades públicas de intervenção regional, são efetivamente serviços periféricos da administração direta do Estado, com âmbito correspondente à circunscrição dos municípios da região e, entre outras funções, prestam apoio técnico às autarquias locais, num quadro potenciador de maior eficiência na gestão de recursos públicos.

Não detêm, portanto, qualquer tutela sobre o exercício da atividade municipal nem são, por outro lado, organismos representantes dos interesses do poder autárquico.

O que nos parece, nesta altura, de realçar é a existência de um novo quadro legal autárquico e o início de novos mandatos nas autarquias locais e, para além disso, uma nova presidência da CCDRN, aliás fortemente empenhada em estabelecer diferentes e reforçadas articulações com as autarquias locais, criando-se, assim, condições para o estabelecimento de novas estratégias e práticas nesta articulação CCDRN / Autarquias Locais.

Sem perder de vista o objetivo comum de se alcançar os melhores níveis de serviço público a prestar nos territórios respetivos, seria de assumir, desde já, algumas ações, simples e exequíveis, e compromissos que venham a contribuir para a melhor prossecução daquele objetivo.

As propostas aqui apresentadas, por iniciativa da CCDRN, incidem sobre um pequeno núcleo de áreas a desenvolver neste processo dinâmico da articulação CCDRN / Autarquias Locais (AL) / Entidades Intermunicipais (EI), com vista ao desenvolvimento e reforço do Poder Local.

## CARTA DE COOPERAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

Elegemos, para já, a área jurídica que suporta a atividade das AL e EI numa vertente teórico prática, de modo a alcançar-se maior autonomia e segurança no seu desempenho e consensualizar-se entendimentos e interpretações de assuntos concretos resultantes da aplicação da lei.

Para o efeito, neste âmbito, propõe-se, a seguir, algumas regras de atuação interinstitucional.

*I - Assim, no referido contexto jurídico, a CCDRN compromete-se a:*

1. Assegurar a realização trimestral de sessões técnicas denominadas “Poder Local / Saber Local”, em parceria com quadros técnicos dos Municípios e com docentes de algumas universidades (a próxima, a realizar em Maio, relativamente à nova Lei das Finanças Locais, e as seguintes, em Setembro e Dezembro, com agenda a definir, considerando os assuntos de interesse e atualidade), tendo em vista os seguintes objetivos:

a) Garantir, de uma forma sistemática, o estudo e análise dos assuntos jurídicos de aplicação nas AL e EI de modo a que, por um lado, se reduza o âmbito e número de solicitações casuísticas e, por outro, se acentue a tendência para uma maior convergência na aplicação da lei.

b) Permitir a construção de um “manual de direito administrativo local” que seja um instrumento que garanta maior segurança e eficiência na atuação das entidades envolvidas.

c) Envolver as equipas técnicas das AL e EI e as universidades, de modo a garantir o enriquecimento recíproco resultante da aplicação prática e do conhecimento científico.

2. Assegurar atempadamente a resposta às informações e pedidos de pareceres devidamente formulados pelo interlocutor designado por cada uma das AL e ou EI, e

## CARTA DE COOPERAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

instruídos nos termos indicados no ponto II desta proposta, salvo se a complexidade não o permitir, situação esta que será dada a conhecer ao solicitante;

3. Difundir mensalmente, sobretudo pelos interlocutores municipais designados nos termos desta Carta, a produção jurídica da CCDRN, designadamente as informações e pareceres jurídicos prestados com aplicação ao universo das Autarquia Locais – questões-tipo e soluções apontadas – e promover a partilha de serviços jurídicos, designadamente através da publicitação seletiva de pareceres emitidos por juristas das AL.

Esta divulgação será assegurada através da Newsletter Jurídica e da página da CCDRN.

4. Proceder de forma regular à monitorização e avaliação dos compromissos definidos na presente Carta, com o natural envolvimento dos Municípios interessados.

### *II - Os Municípios, por seu turno, comprometem-se a:*

1. Garantir que os pedidos de parecer a esta CCDR sejam remetidos pelo interlocutor ou seu substituto para o efeito designado.

2. Que a este interlocutor caiba ainda efetuar a seriação dos pedidos e a difusão dos pareceres emitidos junto dos serviços municipais.

3. Sempre que solicitem parecer a outro Serviço ou entidade, sobre o mesmo assunto, darem conhecimento à CCDR para que esta garanta a melhor articulação no exercício da sua função.

4. Instruir todos os pedidos de parecer com a análise dos juristas dos Municípios na qual venha sugerida uma proposta de solução para a questão objeto da consulta.

5. Participar, nos termos que vierem a ser definidos conjuntamente, na avaliação regular que a CCDRN se propõe realizar dos compromissos e ações definidos na presente Carta.

## CARTA DE COOPERAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

No âmbito das competências da CCDRN, e neste contexto anunciado da disponibilidade por parte da Comissão para reforçar e renovar a articulação e o apoio às Autarquias Locais da Região, dando assim cumprimento ao objetivo de suporte e dinamização da atividade autárquica e particularmente no que se refere à atividade intermunicipal e às iniciativas supramunicipais, espera-se vir, de seguida, a divulgar iniciativas análogas, cuja preparação está a ser gizada para articulação prévia com os respetivos interlocutores autárquicos. Pretendemos, com isto, vir a disponibilizar iniciativas de apoio em domínios diversos, como:

- Finanças Locais e Gestão Financeira
- Recursos Humanos, Gestão de Pessoal, Formação
- Iniciativas Intermunicipais e articulação conjugada com Associações de Municípios e CIM's em domínios concretos do particular interesse destas entidades
- Iniciativas de Apoio à Dinamização da atividade intermunicipal nos domínios da Ação Social, Empregabilidade, Empreendedorismo Social e Inovação Social
- Estruturação de um programa integrado de apoio institucional às Freguesias
- Implementação de um sistema permanente de informação e apoio relacionado com os Fundos Comunitários e com os outros domínios em que a CCDRN dispõe de competências próprias.

A presente proposta vai ser analisada pelos Municípios respetivos, no prazo de 60 dias, de modo a ser submetida a aprovação uma versão definitiva na próxima sessão técnica a realizar em Maio de 2014.

Porto, 7 de Fevereiro de 2014